


Relações Brasil-URSS durante o governo Médici: anticomunismo e reflexo do Brasil Grande Potência

Felipe Oliveira ^{*}, Gabriela Gampe Bonness , Mariana Missiaggia dos Reis ,
Roberta Grehs Faller 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Autor correspondente. E-mail: 0806.felipe@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca investigar como o governo Médici equacionou políticas internas anticomunistas com relações bilaterais com a União Soviética, visando o plano Brasil Grande Potência. A pesquisa sugere que, apesar da ideologia anticomunista do regime, as relações Brasil-URSS foram predominantemente comerciais, em consonância com a abordagem pragmática de política externa. Utilizando fontes primárias como relatórios oficiais e discursos, e secundárias de autores influentes da área embasando a discussão, o estudo explora o modelo de inserção internacional pensado no período, destacando a superação parcial da ideologia em prol do desenvolvimento dessas relações. A estrutura do trabalho analisa discursos e ações do governo Médici, relacionando a política externa comercial e o anticomunismo com eventos específicos, como a criação do Instituto Brasil-URSS. Este caso exemplifica a dinâmica única do relacionamento bilateral em meio à Guerra Fria. A pesquisa busca desvendar dicotomias que pautaram esse relacionamento, evidenciando o pragmatismo nas relações externas devido à necessidade de concretizar objetivos nacionais.

Palavras-chaves: Médici, Regime Militar, Anticomunismo, URSS, Política externa, Brasil Grande Potência

1. Introdução

O período da ditadura militar provocou uma série de alterações e dicotomias no modo de agir do Brasil internacionalmente. Durante o governo Médici (1969-1974), a política externa do período manobrava entre o discurso anticomunista e a inserção mais robusta do país no comércio internacional. Assim, esse contexto produziu movimentos que podem ser observados, em um primeiro momento, como contraditórios, principalmente no que tange ao relacionamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A curiosa relação, nesse contexto, fomentou a busca por trabalhos sobre o tema, quando se constatou que havia espaço para pesquisa. Para guiar esse

estudo, a seguinte pergunta norteadora foi utilizada: De que forma o governo Médici conciliou as políticas internas anticomunistas com as relações bilaterais com a União Soviética, visando o plano Brasil Grande Potência, dada a conjuntura internacional da Guerra Fria?

Esse questionamento fomenta a hipótese de que as relações bilaterais entre Brasil e URSS durante o governo Médici tiveram um caráter comercial, uma vez que o Brasil necessitava de novos mercados para sustentar o plano Brasil Grande Potência, adotando um viés realista da política externa, em choque com a ideologia política do regime. Assim, se torna necessário abordar a formulação da política externa e seus objetivos, para que seja possível compreender de modo concreto como a ideologia anticomunista conseguiu ser superada, mesmo que em partes, para que ocorresse o desenvolvimento dessas relações. Para tal resultado, adotaram-se como fontes primárias relatórios oficiais, discursos, jornais da época e autobiografias, enquanto utilizou-se de fontes secundárias, como obras de autores consagrados na literatura sobre o tema, como apoio à estas. Esses materiais serviram como base para traçar as conclusões obtidas.

Logo, o presente trabalho busca analisar os discursos e ações do período Médici. Para isso, procura-se relacionar a política externa comercial e o anticomunismo com acontecimentos específicos para que seja possível elucidar o modo de atuação do Brasil no âmbito da política externa e a sustentação do relacionamento com a potência soviética mesmo em meio ao cenário da Guerra Fria. Para compreender o modo como se desenrolaram as relações, é preciso analisar os rumos da política externa; a aparente contradição do discurso interno; sua superação para o aumento das relações; e o caso do Instituto Brasil-URSS, que foge à norma. Assim, o presente trabalho busca, na seguinte seção, traçar tais elementos ao longo do governo Médici, para explicitar as dicotomias que pautaram o relacionamento, o qual estava baseado no âmbito econômico. Em suma, o trabalho justifica-se pela relevância histórica do período da ditadura militar e da complexa interação entre ideologia e pragmatismo na política externa brasileira. Sendo assim, é possível analisar a forte presença do pragmatismo nas relações, devido a necessidade de concretizar os objetivos nacionais.

2. A política externa com Médici no poder

A política externa do governo Médici foi pautada no crescimento econômico e na diminuição do isolamento brasileiro em relação ao mundo. Com as taxas de crescimento do PIB chegando a 11% ao ano, o “Milagre econômico” se apoiava em um cenário internacional favorável, com uma oferta de capital mais abundante, a expansão do comércio – manufaturados, capitais e serviços para América Latina, Oriente Médio e África – e a diversificação do consumo interno brasileiro, referente ao aumento do poder financeiro da classe média (Fausto 2009; Lessa et al. 2020). Para isso, o Brasil deu continuidade ao plano de desenvolvimento de Delfim Netto, já Ministro da Fazenda desde a gestão de Costa e Silva, o chamado “modelo agrícola-exportador”, essencial para formar as bases do plano “Brasil Grande Potência” (Lessa et al. 2020). O plano ufanista fomentou uma política do interesse nacional, visando a inserção do Brasil dentre os países desenvolvidos, com aumento no PIB e na renda per capita (Souto 2014). O período contou com alto uso das telecomunicações, incluindo um forte

apoio às redes de televisão, como a TV Globo, para divulgar os interesses do governo militar. Foi assim que o plano foi disseminado em território brasileiro. Comemorações envolvendo cantos de marchinha, incentivo ao futebol e às vitórias como conquistas nacionais faziam com que o sentimento de muitos fosse de um Brasil que só tinha a ganhar com o tempo (Fausto 2009; Reis 2014).

O âmbito interno, no qual grandes obras como a construção da Ponte Rio-Niterói e da rodovia Transamazônica esboçavam os sucessos econômicos, estava fortemente atrelado ao que ocorria internacionalmente. O crescimento substancial nas exportações, com foco nas manufaturas, que subiram de 20,7% em 1967 para 31,3% em 1973; a gradual substituição da venda do café pela soja; a alteração do núcleo exportador dos Estados Unidos para o Mercado Comum europeu (Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), superando exportação para o primeiro, foram elementos centrais para o sucesso de algumas metas (Ricupero 2021). Aliado a isso, as relações diplomáticas, sob liderança de Mario Gibson Barboza, trabalharam para solucionar a questão do isolacionismo. O modelo adotado foi o de incentivo ao aumento dos encontros presidenciais, o que ocasionou, em 1972, na declaração de Nixon “Para onde for o Brasil, irá a América Latina” (Barboza 2020). A necessidade de garantir a paz na região também fomentou acordos como o da criação de Itaipu, em 1973, mesmo que o cenário fosse marcado por incertezas e receios dos países vizinhos de uma possível hegemonia brasileira. Houve não somente um foco para a aproximação com países caribenhos e do Pacífico, mas também um movimento de reaproximação com os países africanos, esquecidos pela política externa. Nesse contexto, ocorreram tentativas de inserir o Brasil como um mediador nas questões de independência das colônias com a metrópole portuguesa (Ricupero 2021).

Acompanhando a mudança de destino das exportações dos Estados Unidos para os países europeus, a política externa do governo Médici iniciou um processo de distanciamento da nação estadunidense, superando o alinhamento imediato visto até então. Esse comportamento estava principalmente atrelado ao crescimento do nacionalismo no país, um dos pilares do plano Brasil Grande Potência. Nas palavras de Araújo Castro:

O nacionalismo não é, para nós, uma atitude de isolamento de prevenção ou de hostilidade. É um esforço para colocar o Brasil no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e solução dos problemas mundiais (Chacon 2008, 8).

Assim, esse fato foi visto pelos Estados Unidos, que percebiam as dicotomias crescentes entre a tradição pró-Estados Unidos e o movimento de valorização nacional (Arquivo Nacional (Brasil) 1971), em uma tentativa de consolidar um plano de desenvolvimento mais independente que garantisse ao Brasil o papel de potência mundial. Entretanto, esse objetivo foi impactado pelo aumento da dívida externa, que subiu de US\$3.666 bilhões, em 1966, para US\$12.572 bilhões, em 1973, e, concomitantemente, com o fim do padrão dólar-ouro, em agosto de 1971, e o Choque do Petróleo, em 1973 (Ricupero 2021).

Esses elementos marcaram a política externa brasileira, de cunho comercial, e desenvolveram as relações diplomáticas do Brasil com o mundo, mesmo com o cenário ditatorial e a violação dos direitos humanos em voga. Nesse sentido, é essencial analisar

tais motivações, para que seja possível compreender o posicionamento brasileiro de discursos anticomunistas e a relação com a esfera soviética. Logo, o princípio de defesa dos objetivos nacionais de crescimento deve ser considerado para interpretar o desenrolar das relações.

3. Anticomunismo: Implicações internas e externas

Na primeira metade do século XX, o Exército Brasileiro passou por um processo de reformas com o objetivo de modernizar-se e atualizar suas armas e doutrinas. Esse processo foi condicionado pela celebração de acordos com duas grandes potências, a França e os Estados Unidos, por meio de uma emulação militar (Svartman 2016). As doutrinas francesas – introduzidas desde a primeira missão militar no Brasil – concebiam o comunismo como uma ameaça interna disseminada em várias camadas da sociedade, o que demandava medidas abrangentes de perseguição. Assim, a “segurança nacional e a segurança individual eram equacionadas dentro desse contexto” (Svartman 2016, 363). Já a posterior aliança com os Estados Unidos resultou de negociações estratégicas seladas durante a Segunda Guerra Mundial, desdobrando-se na Guerra Fria em um padrão mais focado na “assistência militar” para a “defesa do mundo livre” do que na comercialização de armas ou equipamentos (Svartman 2008). Ambas as experiências fortaleceram a capacidade militar e o poder político do Exército, transformando o corpo de oficiais em um grupo de pressão singular que, em diversos momentos, “evidenciou uma forte inclinação para a ação política” (Svartman 2016, 374).

Dessa forma, o anticomunismo constituiu-se como pilar do pensamento militar brasileiro. No final dos anos 40 e início dos 50, esse sentimento começa a ser codificado de maneira doutrinária, perpassando programas de ensino e ações de treinamento militares envolvendo a teoria francesa da guerra revolucionária com a literatura francesa sendo extensamente consumida nas instituições militares de ensino brasileiras. Em suma, o resultado da propagação desse viés teórico era o julgamento de que qualquer tipo de organização social autônoma não dirigida pelo estado é decorrência da infiltração de militantes comunistas revolucionários, implicando na taxação dos espaços de organização política autônomas como comunistas e sob suspeição (Svartman 2016). A revolução cubana na cabeça dos militares serviu para validar a sua teoria. Desse modo, a contrainsurgência passa a alimentar o pensamento militar brasileiro (Svartman 2008).

Com a formação de uma doutrina militar, conjunto de princípios e enunciados que fundamentam o uso do poder militar nacional, ocorre a sistematização e coordenação do emprego conjunto das forças singulares de um Estado (Garcia 1997, 19). Esse processo no caso brasileiro é influenciado pela associação militar com americanos que levou muitos militares a assimilarem noções norte-americanas de modernização nacional e militar, entrelaçando-as com questões de segurança interna de natureza política que estendem-se por todo o período do regime militar se intensificando durante Médici (Garcia 1997). Em um relatório de 1975, inclusive, a CIA reconhece que “o custo dos avanços econômicos tem sido elevado em termos da perda de liberdades políticas e, em menor medida, civis, em comparação com a era anterior a 1964” (Directorate of Intelligence (CIA) 1975, 18).

Dentro do contexto da formulação da doutrina de segurança nacional, sintetizam-se os princípios norteadores “segurança e desenvolvimento”. Este binômio não apenas

envolvia a relação entre capacidades econômicas e militares, mas também incorporava a solidariedade militar – compatibilidade na luta contra a subversão que os militares compartilhavam acima de suas diferenças ideológicas – como um elemento de coesão interna, remanescente desde o Estado Novo e o reacionarismo empregado durante o regime, resultando na supressão dos direitos civis (Coelho 2000). Essa abordagem, que sacrificou os direitos civis em prol do desenvolvimento a longo prazo, se faz presente posteriormente nas campanhas dos governos militares, como "Brasil ame-o ou deixe-o" e "ninguém segura esse país", revelando a persistência da influência do binômio (Barros 1991). Destaca-se, assim, a relevância da Escola Superior de Guerra, como um espaço privilegiado para a elaboração conjunta da doutrina das forças armadas. A doutrina da ESG crucial para análise da forma como o anticomunismo se instaura, portanto, reflete o grau de consenso alcançado entre as forças militares na definição de seus princípios e fundamentos para a ação (Garcia 1997).

Com o golpe de 1964, a máquina pública e arcabouço legal foram reestruturados de modo a atender as demandas dos militares que agora constituíam governo. Com a ascensão dos militares ao poder, o novo governo direcionou seus esforços para atender à doutrina de segurança nacional, resultando em mudanças significativas nas estruturas políticas e sociais. A criação do Sistema Nacional de Informações (SNI) e a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN) conferiram ao aparato estatal um poder significativo de vigilância e repressão. Essa estruturação permitiu ao Estado conduzir uma espécie de "guerra revolucionária" interna, reprimindo qualquer forma de oposição ao regime (Carvalho 2005). Desse modo, o regime, ao combater as suas ameaças internas através da repressão maciça, acabou por se especializar na tarefa, desenvolvendo uma estrutura própria que atuava com vigor para a consecução desse objetivo. O clima de guerra interna e contra insurgência com Médiçi se fortalecia conforme o governo superdimensionava as possibilidades de guerrilha “com o objetivo de legitimar os novos mecanismos de coerção, e de criar um clima de intimidação contra qualquer oposição real ou potencial” (Visentini 1998, 131).

É evidente que, para atender à necessidade imperativa da segurança, apenas o fortalecimento do poder nacional satisfaria os requisitos desejados, assegurando a verdadeira independência do Estado “por meio da autonomia dos meios e capacidades” (Garcia 1997, 27). Nesse sentido, o conceito de "segurança interna", valorizado pela vertente brasileira da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), estava intrinsecamente ligado ao nível de desenvolvimento econômico nacional (Crema 2019, 100). Isso impulsionava uma atuação estatal que considerava a instituição e o sucesso em uma guerra interna contra a subversão como obrigatórios. Essa guerra não se limitava apenas ao combate ao comunismo, mas também envolvia a transformação dos valores sociais para torná-los compatíveis com as necessidades da defesa nacional. A ampliação do serviço militar e a formação de oficiais da reserva reintegravam na sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, e na necessidade de preparação para elas. Além disso, ressaltavam a conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país (Carvalho 2005, 78).

Contudo, a pressão por parte da comunidade internacional durante o governo Médiçi a respeito das violações de direitos humanos se fez presente de forma contundente,

resultando na articulação do regime para lidar com os casos de modo menos agudo. O relatório de inteligência do departamento de estado americano, intitulado *Widespread Arrests and Psychophysical Interrogation of Suspected Subversives* (1973), enviado pelo Cônsul Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro em 2014 para a Comissão da Verdade, fornece informações detalhadas sobre métodos de tortura "sofisticados e elaborado psicofísico" (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1973) sendo utilizado pelo exército brasileiro contra supostos militantes que tiveram aval direto do executivo e da Presidência da República. Em resposta à crescente condenação internacional das violações dos direitos humanos, sugere o documento, os torturadores brasileiros adotaram métodos de interrogatório mais modernos que deixam menos evidências visíveis de abusos de modo a cauterizar a propagação midiática. Logo, para se constituir como uma potência se julgava necessária a consecução dos objetivos nacionais articulados pela doutrina de segurança, ou seja, para alcançar altivez no Sistema Internacional seria necessária a erradicação de ameaças internas, vide o comunismo e demais subversões classificadas desse modo pelos militares (Garcia 1997).

Sob Médici, testemunhou-se uma ambição militar de alcançar uma posição de destaque no cenário global, vide o plano potência, moldando seu destino para além do papel de mero observador. No período em questão, vislumbrou-se a construção de um país autônomo, capaz de exercer influência ativa no concerto das nações, fortalecendo-se através do desenvolvimento de um poder nacional robusto (Garcia 1997). Essa visão estratégica, contudo, não estava desvinculada de desafios internos, como a pauperização de parte da população e a necessidade de expandir o mercado interno, o que, por si só, revelou-se insuficiente para sustentar o vigoroso crescimento econômico desejado (Visentini 1998, 133). Paralelamente, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) brasileira apresentou uma peculiaridade notável ao sugerir que o Brasil estava destinado a se tornar uma potência mundial e líder entre os Estados cristãos e anticomunistas ocidentais (Crema 2019, 110). Essa visão, incorporada fielmente por líderes como Médici, contribuiu para o distanciamento notório do país em relação aos soviéticos e socialistas, resultando em uma relação estritamente comercial, fundamentada nas suspeitas e limitações internas (Crema 2019, 110).

Essas aspirações nacionais e internacionais alteraram significativamente o cenário político interno. Assim, o desempenho financeiro-comercial e diplomático no plano externo tornou-se crucial para garantir a estabilidade política e o conservadorismo social internos, ambos dependentes do crescimento econômico sustentado (Visentini 1998, 135). A concepção de potência, conforme adotada pelos militares brasileiros em sua atuação internacional, enquadra-se como uma abordagem realista que identifica uma hierarquização a ser explorada. A busca nacionalista pela elevação do prestígio internacional do país torna-se, assim, uma meta que necessariamente demanda a busca pela autonomia no desenvolvimento (Garcia 1997, 30). Nesse contexto, as relações com os países soviéticos são estabelecidas de maneira estritamente comercial, visando a expansão do mercado de exportações durante o regime militar. Esse alinhamento é justificado pela arraigada postura anticomunista entre os militares e pela opção estratégica pelo Ocidente (Garcia 1997, 31).

4. As relações com a URSS

É evidente que os países socialistas e, em especial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representam um dos elementos de maior distanciamento na política externa da “Diplomacia do Interesse Nacional” de Médici. Contudo, com uma análise mais aprofundada, percebe-se que os países do Segundo Mundo viram uma maior aproximação do Brasil a estes durante o período se comparado aos governos militares anteriores. Souto (2014) ressalta como as relações entre os brasileiros e os socialistas se enquadram somente em um sentido comercial¹, mesmo que tenham tido potencial para expandir tais limitações. Mesmo assim, o objetivo aqui também será abranger o caráter diplomático das relações entre Brasil e União Soviética, destacando como, mesmo sem uma postura formalmente estabelecida durante o Regime Militar Brasileiro, ainda apresentavam pontuais indícios de cooperação e alinhamento. Tais percepções ressaltam os esforços brasileiros de aumentar as relações comerciais com os países socialistas e, para além disso, constituir o projeto “Brasil: Grande Potência” de Médici a partir da expansão de mercados.

4.1 *Âmbito comercial*

Em seu discurso inaugural à Escola Superior de Guerra em 1970, Médici ressalta para o campo econômico a relevância da expansão de mercados, com o aumento de exportações e uma predominância na venda de produtos manufaturados. Em suas palavras,

“[...] esperamos incrementar ainda mais as nossas exportações a fim de fortalecer a capacidade de importar os equipamentos indispensáveis à implantação de uma tecnologia atualizada e de afastar os desequilíbrios externos já experimentados, trazendo ao País tôdas as vantagens da integração com uma economia mundial extremamente dinâmica” (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970).

Profundamente relacionado ao suposto milagre econômico do governo, se é percebido que havia uma vantagem recíproca nas negociações bilaterais entre as duas nações, fazendo com que, durante a década de 1970, houvesse um aumento comercial gradativo entre o Brasil e a União Soviética, apesar das diferenças ideológicas entre os dois lados (Freitas 2020; Gerhard 2015; Visentini 2004). Dentro dos planos fundamentais da política de governo de Médici, tinha-se por entendido que era do objetivo brasileiro “expandir e diversificar o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da Europa oriental” (Souto 2014, 117), sob a estratégia da inserção dos produtos manufaturados brasileiros nos mercados socialistas (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1974). Para tal, tem-se uma ênfase brasileira na participação de feiras na Europa Oriental, estas patrocinadas principalmente pela Comissão de Comércio com

1. É necessário explicitar que, nos governos anteriores ao de Médici, as relações entre Brasil e União Soviética eram marcadas pelo rompimento diplomático iniciado no governo Dutra, o que resultou em um longo período de desinteresse por parte do Brasil. Embora o governo João Goulart tenha normalizado essas relações, esse movimento foi utilizado pelos militares como justificativa para o golpe de 1964, sob a alegação de ameaça comunista. Após a instauração do regime militar, os primeiros governos se recusaram a estabelecer laços comerciais com os soviéticos, mantendo a política de afastamento. Assim, a decisão de Médici de iniciar relações comerciais com a União Soviética representou uma inflexão na postura do regime, viabilizada pelo sucesso da repressão interna, que permitiu uma flexibilização da doutrina das “fronteiras ideológicas”.

a Europa Oriental (COLESTE) (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970); (Souto 2014). O destaque aos artigos industrializados nesses mercados, diferenciando-se das exportações tradicionais de produtos primários, pode ser percebido como uma importante consideração ao projeto desenvolvimentista brasileiro (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970).

Já em dezembro de 1969, no início de seu mandato, foi assinado um protocolo de fornecimento de maquinaria e equipamento da URSS ao Brasil, em substituição ao Protocolo Patolichev de 1966², assinado pelo chefe da delegação soviética V. Alkhimov (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1969). Tal acordo, para Freitas (2020), marca o início das relações entre Médici e a URSS. Durante o primeiro semestre do ano de 1970, de acordo com Visentini (2004), as exportações brasileiras para a União Soviética passavam a marca de US\$ 50 milhões, enquanto as importações de Moscou representavam US\$ 20 milhões, sendo o café em grão o principal item a ser exportado, além de outros itens agrícolas. Já nas importações, percebia-se uma variedade de itens, passando desde o trigo, para produtos de indústria química, equipamentos e maquinaria pesada (Visentini 2004). No ano de 1972, alguns artigos novos, contando com manufaturados, passou a fazer parte da pauta de exportação desses países, sendo estes desde a venda de açúcar, fios de lã, tecidos de rayon e de algodão e câmaras de ar, além de manter o fluxo de comércio do café solúvel para os socialistas (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1972). Com o choque do petróleo de 1973 com os países do Oriente Médio, o Brasil decide aprofundar a comercialização com o petróleo soviético, de forma que, de 1973 para 1975, as exportações da URSS para o Brasil ultrapassam um aumento de 100%. Isso fez com que o Brasil reavaliasse a possibilidade importar mais produtos dos socialistas (Freitas 2020).

A questão energética e suas distintas imbricações com a União Soviética é outro ponto relevante a ser analisado durante o período. O uso do know how soviético foi amplamente explorado, principalmente para compor os projetos construtivos das obras faraônicas de Médici no período (Hurrell 2013). Sua tecnologia foi utilizada desde a construção de hidrelétricas, como em Itaipu – equipada com turbinas soviéticas –, como também para a Refinaria de Petróleo de Campo da Garoupa³ e da Barragem da Foz do Arreia (Gerhard 2015). O comércio de turbinas para as hidrelétricas brasileiras é ressaltado nesse contexto, visto a intensa construção de usinas de energia renovável no país e a necessidade de tais materiais. Para a Usina de Capivara⁴, a URSS foi responsável pelo fornecimento de turbinas, geradores e outros equipamentos, maquinaria essa instalada por engenheiros soviéticos no país Brasil. Ministério das Relações Exteriores

2. O acordo estabelecido tratava da disposição de financiamentos concedidos por empresas soviéticas para a venda de máquinas e equipamentos para empresas brasileiras do setor público e privado entre os anos de 1970 e 1974, sendo possíveis de quitação de pagamento em até 10 anos. O valor disponível era de US\$ 100 milhões de dólares, sendo 30% desse total destinado a equipamentos e o restante a obras civis (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1969).

3. Com o choque do petróleo de 1973, havia a necessidade do Brasil também dominar a tecnologia de refinamento de petróleo. Para tal, percebido o know how soviético na extração de petróleo do Mar Cáspio, buscou-se em Moscou os necessários impulsos tecnológicos, além de encontrar nessas empresas estrangeiras o investimento de risco no setor (Gerhard 2015).

4. No ano de 1970, assina-se em Moscou um acordo entre a empresa russa Energomashexport e a Companhia Energética de São Paulo, acordando sobre o fornecimento de equipamento energético para a Usina de Capivara (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970).

1970; Gerhard 2015. No ano de 1970, assina-se acordos perante o fornecimento até 1975 de 41 turbinas para a Usina de Capivara, ao mesmo tempo que define-se termos para a exportação de 75 mil toneladas de café em grão e solúvel brasileiro em até cinco anos, sob o acordo com a empresa soviética Soyuzplodoimport Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970. Tal ponto pode ter sua relevância evidenciada quando o vice-ministro de comércio exterior da União Soviética relata sobre a perspectiva da URSS de um aumento do fluxo comercial entre os dois países após o fornecimento dessas turbinas, vendo os ótimos resultados das transações (Visentini 2004).

Em números gerais, as exportações brasileiras para a URSS cresceram 222% de 1970 até 1974 e as importações 205% (Intercâmbio Comercial 1953-1976, p. 91 *apud* Hurrell 2013, 228). Sob o crescimento em relação à totalidade das exportações brasileiras, em 1969, a parcela significativa da venda de produtos aos soviéticos era de 5,6%, enquanto em 1975, tornou-se 11,9% (Hurrell 2013).

4.2 *Âmbito diplomático*

As relações Brasil-URSS, embora intensificadas no plano comercial, também apresentam notáveis contribuições para o campo diplomático. Segundo Visentini (2004), estas “cresceram no campo econômico e se mantiveram satisfatórias no terreno político, ainda que mantendo um *low profile* nesse domínio” (Visentini 2004, 173).

Poderia-se achar que a distinção ideológica entre os dois governos impediria o estabelecimento de relações políticas, por mais que superficiais. Embora essa fosse uma preocupação do chanceler Mário Gibson Barbosa durante o governo, que possuía receio de afastamento das relações entre os dois países por conta da divulgação da violação dos direitos humanos da ditadura nos anos de chumbo (Freitas 2020), a posição brasileira de extrema direita do governo de Médici já não incomoda tanto a URSS. Gerhard (2015) aponta como o golpe de Estado no Chile a Salvador Allende em 1973 fez com que os soviéticos e brasileiros se aproximassem, ao contrário do que se imaginava, visto que “ambos os lados não estavam mais vinculados à sua própria propaganda” (Gerhard 2015, 42). Para o governo de Brejnev na URSS, a relevância política no momento era a de disposição de auxílio militar, em detrimento do econômico e a perspectiva de aumento do poderio militar na América Latina a partir de 1970 não despertava um afastamento da URSS, uma vez que esta desejava uma aliança especial com esses países (Gerhard 2015).

As dimensões diplomáticas entre os dois podem ser percebidas de diversas formas, desde o intercâmbio entre universidades russas e brasileiras, quanto em acordos políticos (Freitas 2020). Em abril de 1970, é rubricado em Moscou um projeto de Acordo de Navegação Marítima entre o Brasil e os soviéticos, adaptando-o em relação à legislação brasileira em vigor (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1970) e sendo concluído em 1972 (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1972). No mesmo ano, acorda-se o estabelecimento de um escritório comercial soviético no Rio de Janeiro, embora a embaixada se transferisse para Brasília.

As visitas soviéticas ao Brasil também eram de ser notadas, embora estas ainda apresentem um caráter profundamente comercial. Um exemplo é a visita da empresa Raznoexport por iniciativa da COLESTE em 1971, buscando visitar o parque industrial brasileiro de calçados em procura da exportação dos produtos brasileiros aos socialistas

(Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1971).

4.3 *Atritos e dificuldades encontradas*

Embora as relações entre os dois países tenham sido proveitosas em âmbito comercial, isso não simboliza que não apresentaram atritos em algumas áreas, embora estes sejam raros. Um elemento pontual nesse período foi em 1973, em relação ao relatório da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), que tratava da formulação de planos de longo prazo para a ONU e contava com a presença do Embaixador brasileiro Miguel Ozório de Almeida. Nesse relatório, após quatro reuniões, o Brasil retirou-se de sua formulação por acreditar que as recomendações do relatório não correspondiam a uma estratégia factível e adequada para a Organização, e entrou em debate com a URSS que queria a aplicação imediata deste⁵.

O principal ponto de tensão entre os dois países, no entanto, dizia respeito à disparidade do volume de exportações e importações realizadas, ponto a ser trazido por gestores políticos soviéticos. Visentini (2004) aponta como, no período, a URSS importava 10 vezes mais do Brasil do que o contrário e que as exportações dos soviéticos para os brasileiros, mesmo assim, não eram estáveis. Para o autor, parecia que o mercado brasileiro estava só agora tomando conhecimento dos produtos soviéticos. Os socialistas tinham o Brasil como parceiro preferencial, mesmo assim, a falta de demanda brasileira pelos produtos soviéticos era notória. Segundo Freitas (2020), “havia uma relutância particular em importar bens de capital soviéticos, em grande parte pautada em dúvidas sobre a qualidade de seus produtos” (Freitas 2020, 53).

5. O caso dos institutos culturais Brasil-URSS

Até aqui, percebe-se que, mesmo com regimes políticos ideológicos tão diferentes entre o Brasil e a União Soviética, os dois países ainda mantinham relações econômicas e diplomáticas, embora com ênfase no âmbito comercial. Durante o regime militar, a política externa brasileira foi pautada pelo binômio “segurança e desenvolvimento” e, foi no governo de Médici, que acrescentou-se o termo “diplomacia” na pauta da política externa (Souto 2014). Nesse sentido, durante esse período do regime militar, também poderá ser observado relações culturais com a União Soviética, por meio da criação do Instituto Cultural Brasil-URSS. Primeiro, é importante entendermos o papel dos Institutos de Cultura para a política externa e a subsequente diplomacia internacional dos países e, com isso entendido, será possível analisar, também, as relações entre o Brasil e a URSS por meio do presente Instituto.

Historicamente, a cultura é uma ferramenta de dominação de uma sociedade sobre outra, sendo utilizada também no exercício diplomático dos países. Isso pode ser comprovado ao analisarmos que os Estados mais influentes do Sistema Internacional utilizam da dispersão de sua cultura pelo mundo, para amplificar sua influência. Assim, o surgimento de Institutos Culturais foi importante para, de certa forma, institucionalizar essa ferramenta. Esses surgem na política dos países em seus momentos de fragilidade, como o Instituto Francês no século XIX, o Instituto Cervantes durante

5. O impasse é resolvido pela criação de um comitê intergovernamental ad hoc com o intuito de analisar as disposições presentes no relatório e as recomendações do grupo de formulação que o realizou (Brasil. Ministério das Relações Exteriores 1974).

a Transição Espanhola e o Instituto Goethe da Alemanha em um período de desvinculação do nazismo (Madeira Filho 2016; Barreto e Roth 2020). Nesse cenário, os Institutos Culturais têm como objetivo projetar uma imagem moderna, de futuro, que indique os valores do país e que diminua a possível estereotipação em escala mundial. Nesse sentido, cria-se uma diplomacia cultural, em uma atmosfera de cooperação econômica, educacional e social, e um *nation branding*, que traduz a nacionalidade do país para o estrangeiro, desprovido de estereótipos, possibilitando uma percepção positiva do país. Sendo assim, por meio dos Institutos Culturais, os países possuem o poder de ter influência sobre o outro, de uma maneira que isso atravesse a população e o imaginário da sociedade perante determinada nação (Madeira Filho 2016).

Os Institutos Culturais Brasil-URSS (ICBURSS) surgiram a partir da década de 1950 – e perduraram até o fim da URSS –, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre principalmente, tendo como objetivo a disseminação da língua russa no Brasil. Eram instituições privadas, criadas pela população local brasileira e que recebiam apoio, direto ou indireto, do governo soviético, de modo que, assim, justificasse o porquê de esses Institutos serem estabelecidos no Brasil sem muitas complicações perante o governo militar, uma vez que não tinham vinculações legais com o governo do Kremlin. Também, em um contexto internacional marcado pela détte da Guerra Fria, a aproximação entre regimes tão diferentes foi facilitada. Assim, por meio da diplomacia cultural e comercial, a União Soviética tinha certo grau de influência sobre o Brasil (Shah 2020).

Para não ficar tão visível a presença dos Institutos que, de certa maneira, promoviam os ideários socialistas, seus nomes eram camuflados de acordo com os institutos dos Estados Unidos que existiam na respectiva cidade, sendo chamados, quando necessário, de União. Nessa perspectiva, os Institutos eram meios discretos de promover o idioma russo e a cultura soviética em um Brasil marcado pela ditadura militar da extrema direita. Também, de certa forma, a existência desses Institutos era importante para o Itamaraty, pois, ao passo que promoviam o ensino do russo, mais brasileiros se tornaram intérpretes do idioma, que eram utilizados quando autoridades da região vinham para o Brasil (Shah 2020).

Por óbvio, essas organizações não passavam despercebidas pelo governo brasileiro da época. Relatórios publicados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o governo de Médici mostravam isso. O documento de número 44660, publicado em 1972, teve como assunto os Institutos Culturais Brasil-URSS, e nele é tratado sobre como os jornais de setembro do referido ano deram destaque para o arquivamento da investigação contra o Instituto de São Paulo e o seu presidente, bem como contra a distribuição de materiais considerados subversivos; investigação essa que iniciou-se no ano de 1971 ([Serviço Nacional de Informações 1972](#)). No decorrer do documento, alegações são feitas de que não haveria motivos legais para fechar a instituição, uma vez que ela não está diretamente relacionada ao governo soviético e que não se teria encontrado os supostos materiais que iriam de encontro à ordem do regime brasileiro. Assim, o processo foi arquivado, entretanto, o documento do SNI teve como uma das conclusões o seguinte parágrafo:

e mesmo as entidades semelhantes espalhadas por outros países, estão a serviço do MCI⁶ [...]. No BRASIL, todos os seus dirigentes são COMUNISTAS ou SIMPATIZANTES DO COMUNISMO; a organização não tem registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, o MEC; é a representante de fato da UAPPL⁷ no BRASIL; é destinatária de propaganda do MCI; procura difundir conhecimentos sobre a URSS entre e jovens até 35 anos, num evidente trabalho de aliciamento de simpatia pela UNIÃO SOVIÉTICA, etc. Exerce atividade na GUANABARA, SÃO PAULO, PORTO ALEGRE e BELO HORIZONTE. Atenta contra a SEGURANÇA NACIONAL, difundindo ideias MARXISTAS-LENINISTAS (*Serviço Nacional de Informações 1972*, 6).

Além disso, outro arquivo do Serviço Nacional de Informações, publicado há algum tempo antes ao anterior, diz que os Institutos além de oferecer cursos de língua russa, oferecem cursos de “doutrinação marxista-leninista”, de modo a fazer propaganda comunista, como exemplificado a seguir:

O Instituto é um dos focos de propaganda comunista no país, sendo utilizado pela Embaixada Soviética - através de seu pessoal de informações, no recrutamento de Agentes brasileiros e no financiamento e controle de operações, visando, em última instância, à *comunicação* progressiva do BRASIL (*Serviço Nacional de Informações 1970*, 5).

Continua:

O Instituto Cultural BRASIL-URSS, a par de sua contribuição cultural do ensino da língua russa no país, representa, assim, um elemento poderoso de difusão da ideologia marxista-leninista, facilidade pela edição de bons livros didáticos e a preços módicos, apoiando nos recursos financeiros carreados pela Embaixada Soviética, contribuindo, de modo ostensivo, para o recrutamento de brasileiros destinados à doutrinação marxista-leninista (*Serviço Nacional de Informações 1970*, 6).

Assim, percebe-se que, mesmo os Institutos Culturais Brasil-URSS sendo uma ferramenta da disseminação do ideário comunista, e eles de fato desempenhavam esse papel uma vez que eram Institutos Culturais reconhecidos pelo Kremlin, e o governo militar brasileiro tendo ciência da presença deles em território nacional, esses Institutos perduraram no Brasil até o fim da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991⁸.

Tendo existido por mais de trinta anos no país, perpassando por um período em que a extrema direita esteve no poder, os Institutos Culturais Brasil-URSS eram a principal ferramenta soviética para cooptar adeptos à ideologia no Brasil (Shah 2020). Em um momento em que a Revolução Russa não estava no auge, utilizou-se dos Institutos Culturais para cooperar com outros países, por meio do intercâmbio cultural e educacional, permeando o imaginário da sociedade perante o país que se encontrava do outro lado do mundo.

6. Conclusão

Com base nos elementos levantados no presente trabalho, é possível identificar que a política externa comercial foi base para que o desenvolvimento das relações com

6. Por extenso: Movimento Comunista Internacional.

7. Por extenso: Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba.

8. Hoje ainda existem Institutos semelhantes que oferecem o ensino do idioma, herdeiros dos Institutos Culturais, mas não são ligados ao governo russo.

a União Soviética pudesse superar o discurso fortemente anticomunista que era propagado pelo governo ditatorial. Assim, o mandato de Médici diversificou as relações econômicas do Brasil com a esfera socialista, para consolidar os objetivos do Plano Brasil Grande Potência. Logo, a hipótese inicial comprova-se, pois sem uma política externa realista e pragmática, a dicotomia entre o discurso e a prática não seria sustentada, enfrentando as barreiras do pensamento ideológico. O modo de atuação adotado pelo governo, assim, estava direcionado para o crescimento do país, tornando essencial ampliar os mercados de modo indiscriminado também para o campo soviético.

Entretanto, é evidente que a margem de manobra do governo brasileiro e do corpo diplomático era limitada pela necessidade de dar seguimento ao regime autoritário em voga, sustentado também no anticomunismo. A disseminação desse discurso no âmbito interno era essencial para a manutenção do governo militar e a organização das forças armadas em termos de coesão ao mesmo tempo em que desestruturava a oposição. Isso fez com que as relações não se aprofundassem plenamente para o campo político, limitando-se à esfera econômica, por meio da intensificação dos fluxos de comércio, como abordado ao longo do texto. Um elemento de destaque em meio a esse cenário, enfim, é no que tange ao Instituto Brasil-URSS, que representou um reflexo da adoção de uma diplomacia cultural, capaz de contornar a censura brasileira, e aproximar o mundo soviético. Quanto a isso, é preciso diferenciar a presença dos Institutos no Brasil de uma aproximação diplomática, tendo em vista o papel da sociedade civil para sua permanência.

Portanto, o governo Médici, no que tange às relações com os soviéticos, priorizou o desenvolvimento brasileiro em contrapartida ao discurso usado no âmbito interno. Esse modelo de atuação era essencial, uma vez que a consolidação do plano Brasil Grande Potência dependia da diversificação da inserção do país no comércio mundial onde lhe fosse favorável, produzindo, desse modo uma conduta notavelmente realista. Logo, conclui-se que o espaço soviético representava uma parceria estratégica importante para o assentamento dos objetivos brasileiros.

Recebido em: 12/04/2024.
Aprovado em: 05/04/2025.

Referências

Arquivo Nacional (Brasil). 1971. *The nature of presidential power in Brazil's revolutionary Government* [= *A natureza do poder presidencial nos governos revolucionários brasileiros*]. 14. Localização: BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092003323201487/31. Brasília.

Barboza, Mario Gibson. 2020. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

- Barreto, Juliana e Isabel Roth. 2020. A política externa dos Institutos Culturais: uma análise da diplomacia cultural sob a dimensão sociológica da cultura. Acesso em: 10 jan. 2024, *Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC* (São Paulo), número 11, 295–318. <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/c2adcb17/d260/48cb/8bac/202cb57e0136.pdf>.
- Barros, Edgard Luiz de. 1991. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto.
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. 1969. *Relatório 1969*. 239. Acesso em: 3 jan. 2024. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática. <http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201969.pdf>.
- . 1970. *Relatório 1970*. 231. Acesso em: 3 jan. 2024. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática. <http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201970.pdf>.
- . 1971. *Relatório 1971*. 293. Acesso em: 3 jan. 2024. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática. <http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201971.pdf>.
- . 1972. *Relatório 1972*. 237. Acesso em: 3 jan. 2024. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática. <http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201972.pdf>.
- . 1974. *Relatório 1974*. 257. Acesso em: 3 jan. 2024. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática. <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201974.pdf>.
- Carvalho, José Murilo de. 2005. Forças Armadas e Política, 1930–1945. Em *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chacon, Vamireh. 2008. *Araújo Castro*. Volume 8. Série Diplomacia ao Alcance de Todos. Brasília: Thesaurus Editora.
- Coelho, Edmundo C. 2000. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- Crema, Gabriella. 2019. A política externa do governo Médici (1969–1974) para os países sul-americanos sob a influência da esquerda. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Directorate of Intelligence (CIA). 1975. *Research Study: The Political Implications of Modernization - The Brazilian Case*. Relatório técnico. Acesso em: 14 jan. 2024. Agência Central de Inteligência dos EUA. <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIARDP86T00608R000600170034-2.pdf>.
- Fausto, Boris. 2009. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Freitas, Julien S. B. 2020. A Política Externa Brasileira do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969–1974): as relações bilaterais com a União Soviética. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais, Goiânia.
- Garcia, Eugênio. 1997. O pensamento dos militares em política internacional (1961–1989). *Revista Brasileira de Política Internacional* (Brasília) 40 (1): 18–40. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100002>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000100002>.

- Gerhard, Philipp. 2015. Oportunismo ideológico? As relações econômicas entre a União Soviética e a ditadura militar. *Revista Espaço Acadêmico* 15 (175): 39–47.
- Hurrell, Andrew. 2013. *The Quest For Autonomy: The Evolution of Brazil's Role on International System 1964–1985*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Lessa, A. C., C. E. Vidigal, F. F. Monteoliva e H. A. D. Oliveira. 2020. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva.
- Madeira Filho, Acir Pimenta. 2016. *Instituto de cultura como instrumento de diplomacia*. Brasília: FUNAG.
- Reis, Daniel Aarão. 2014. *Modernização, ditadura e democracia: 1964–2010*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Ricupero, Rubens. 2021. *A diplomacia na construção do Brasil (1750–2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores.
- Serviço Nacional de Informações. 1970. *Informação nº 092/SNI/ARJ/70*. Instituto Cultural Brasil-URSS.
- . 1972. *Informação nº 44660/72/ARJ/SNI*. Instituto Cultural Brasil-URSS.
- Shah, Cristina Figueira. 2020. O papel dos Institutos Culturais Brasil-URSS na expansão cultural soviética no Brasil. Acesso em: 10 jan. 2024, *Revista X (Paraná)* 15 (6): 735–753. <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v15i6.76873>.
- Souto, Cíntia V. 2014. Governo Médici: A busca da autonomia dentro das regras do jogo. Em *Política externa brasileira durante o regime militar*, editado por André Luiz Reis da Silva e Eduardo Munhoz Svartman. Curitiba: Juruá.
- Svartman, Eduardo. 2008. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. *Estudos Ibero-Americanos (Porto Alegre)* 34 (1): 76–91.
- . 2016. O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. *Revista da Escola de Guerra Naval* 22:361–380.
- Visentini, Paulo. 1998. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964–1985)*. 1ª edição. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- . 2004. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964–1985)*. 2ª edição. 412. Porto Alegre: Ed. UFRGS.